

Pobreza e suas relações com a Psicologia Comunitária na 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária

Poverty and its relations with the Community Psychology in the 5th International Conference on Community Psychology

Verônica Moraes, James Ferreira, Sara Castro
Autor referente: vemorais@yahoo.com.br

Universidade Federal do Ceará
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Historia editorial

Recibido: 21/05/2015

Aceptado: 29/07/2015

RESUMO

O problema da pobreza tem influências psicossociais na vida humana. A Psicologia Comunitária trabalha com esses problemas psicossociais. Então, busca-se com este artigo analisar a presença da temática da pobreza nos trabalhos apresentados na 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária (CIPC), que foi realizada em setembro de 2014 em Fortaleza (Ceará/Brasil). O tema da 5ª CIPC foi "Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e práticas" com 1553 inscritos e 726 trabalhos aprovados. A metodologia consiste em analisar a temática da pobreza nos trabalhos aprovados nos cinco eixos temáticos: Políticas Públicas, Acadêmico/Formação, Profissão, Movimentos Sociais e Ética na dimensão planetária e em defesa da vida. As dimensões analisadas foram: concepções de pobreza, dimensões

psicossociais utilizadas e relação da Psicologia Comunitária com a pobreza. Analisa-se que os eixos com mais produções relacionadas à pobreza são Acadêmico/Formação e Políticas Públicas. Entretanto, a maioria dos resumos não apresenta uma definição específica da pobreza. Há também produções com enfoques monetários e multidimensionais. Sobre as dimensões da pobreza, as mais utilizadas foram o apoio social, as potencialidades, o fatalismo, a conscientização, a vergonha, a humilhação e a exclusão social. Sobre as relações da Psicologia Comunitária com a pobreza, grande parte dos resumos utilizam a pobreza somente como caracterização de um contexto, porém também há produções que atuam contra as práticas de opressão relacionadas à pobreza e em uma perspectiva crítica.

Palavras chave: Pobreza; Psicologia Comunitária; Políticas Públicas; Formação.

ABSTRACT

The problem of poverty has psychosocial influences on human life. Community Psychology works with psychosocial problems that occur in the lives of people in situations of social vulnerability. Then, this article analyzes the presence of the theme of poverty in the papers presented at the 5th International Conference on Community Psychology (ICCP), held in September 2014 in Fortaleza (Ceará/ Brazil). The theme of the 5th CIPC was "Community Psychology in the current world: Challenges, limits and practices" with 1553 enrolled participants and 726 papers approved. The methodology consists of analyzing the theme of poverty approved in the five themes of the 5th CIPC works: Public Policies, Academic / Training, Occupation, Social Movements and Ethics in planetary dimension and in defense of life. The analyzed dimensions were:

poverty concepts, psychosocial dimensions and relationship between Community Psychology and poverty. It is analyzed that the axes with more productions related to poverty are Academic / Training and Public Policy. However, the majority of abstracts do not have a specific definition of poverty. There are also productions with monetary and multidimensional approaches. On poverty dimensions, there were used social support, the potential, the fatalism, the conscientization, the shame, the humiliation and the social exclusion. On the relations between Community Psychology and poverty, the majority of abstracts used poverty only as characterizing a context, but there are also productions that act against oppression practices related to poverty and a critical perspective.

Keywords: Poverty; Community Psychology; Public Policy; Training.

O conceito de pobreza está geralmente relacionado com a falta de recursos financeiros dos indivíduos. Além dessa representação, há presente uma estigmatização da pobreza que constitui formas de reconhecimento depreciativo do pobre. As pessoas em situação de pobreza passam a ser reconhecidas como seres humanos incapazes de serem produtivos, como também sendo responsabilizados por seus fracassos (Rego, & Pinzani, 2013). Assim, deve-se utilizar concepções de pobreza que extrapolem o reducionismo na análise desse fenômeno, sendo a Abordagem Multidimensional (Sen, 2000) uma perspectiva não restrita unicamente a aspectos de privação financeira. Identifica-se que essa tendência seria a que melhor contribui para o desenvolvimento de atuações em Psicologia Comunitária junto às pessoas em situação de pobreza. Portanto, tem-se como objetivo analisar as

concepções de pobreza nos trabalhos apresentados na 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária (CIPC) realizada em 2014 no Brasil.

A discussão sobre os conceitos de pobreza pode ajudar a compreender como eles influenciam na constituição deste fenômeno. Desde a antiguidade, a pobreza é vista como falta de condições materiais para a existência (Lacerda, 2009). Da mesma forma, na Idade Média, o pobre foi considerado como alguém carente de terras e riquezas (Piva, 2006). Sob o capitalismo, a pobreza tem sido associada à deficiência financeira do indivíduo (Mendonça, 2006). Laderchi, Saith e Stewart (2003) corroboram com esta ideia ao propor que a pobreza está ligada a uma ordem em que o bem-estar material da pessoa seria baseado em seu consumo de energia, por exemplo. A abordagem monetária da pobreza, então, demonstra suas limitações ao se deter apenas ao poder da compra de bens de consumo como indicador de pobreza, ignorando a heterogeneidade dos indivíduos, as liberdades pessoais vividas, os contextos sociais e culturais (Lacerda, 2009).

Como contra ponto a essa perspectiva, argumenta-se que a abordagem multidimensional da pobreza não é entendida somente como falta de renda, mas como uma série de fatores que afetam negativamente o Bem Estar da pessoa (Salama, & Destremau, 2002). A Abordagem das Capacitações desenvolvida por Amartya Sen acredita no homem e na mulher como dotados de habilidades e desejos, sendo necessária uma ordem social que ofereça oportunidades para alcançar a autonomia. A pobreza é vista, então, a partir dos fatores que privam os seres humanos do desenvolvimento de suas liberdades (Sen, 2000).

Com isso, amplia-se a concepção de pobreza no sentido de ir além da consideração dos aspectos materiais, incluindo fatores sociais, estruturais e políticos. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) parte deste ponto de vista multidimensional, considerando as lacunas na educação, habitação e saúde presentes neste entendimento da pobreza (Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento, 2010). A privação nessas dimensões pode implicar uma diminuição das possibilidades de existência de pessoas em contextos de pobreza. No entanto, é necessário expandir a concepção do fenômeno para aspectos ainda mais abrangentes e psicossociais, pois se deve entender a pobreza também em uma ordem opressiva simbólica.

Moura Jr., Cidade, Ximenes e Sarriera (2014) concebem que há dimensões psicossociais essenciais para o entendimento desses impactos da pobreza no modo de existência dos indivíduos. Há fatores que favorecem o enfrentamento da pobreza, como o bem estar pessoal, o senso de comunidade e a esperança, e outros que dificultam esse enfrentamento, como a vergonha, a humilhação e o fatalismo. Nesse sentido, deve-se entender a pessoa em situação de pobreza como constituída de um prisma psicossocial com diversas matizes. Dentre os quais, salienta-se que a pobreza é geralmente constituída a partir de práticas simbólicas de estigmatização do pobre, produzidas no campo intersubjetivo e de culpabilização do indivíduo por sua condição, o que leva a naturalização dos processos envolvidos na manutenção da pobreza.

Estas práticas de opressão influenciam nas relações sociais e no psiquismo do indivíduo, fomentando a existência da cultura da pobreza. Tal termo foi desenvolvido por Martín-Baró (1998) e criado por Oscar Lewis em 1959. Ele se caracteriza pelo desenvolvimento de sentimentos de marginalização, de impotência, de dependência e de inferioridade por um sistema econômico social excludente e dominante, amparado por uma ordem ideológica opressiva que causa e reforça este tipo de cultura. A cultura da pobreza é, então, responsável pela reprodução de uma estrutura funcional singular que reforça e mantém a pobreza a partir de normas e atitudes compartilhadas pelos indivíduos situados em condições adversas (Martín-Baró, 1989). Nesse sentido, tal cultura representa la falta de autocontrol y la dificultad para aplazar la satisfacción de las propias exigencias y para salirse del presente, planeando el futuro; un sentido de

resignación y fatalismo; un marcado machismo, una gran tolerancia hacia la patología psicológica y la debilidad del propio yo (Martín-Baró, 1989, p. 85).

Estes elementos ajudam a estabelecer simbolicamente formas específicas de autorreconhecimento e percepções da realidade baseadas em preceitos negativos e estigmatizados da pobreza. O fatalismo, por exemplo, constitui-se a partir do distanciamento emocional da realidade cotidiana e da atribuição de justificativas sobre a realidade por meio de explicações sobrenaturais (Martín-Baró, 1998). Trata-se de características que podem ser entendidas como uma reação psicológica a vivências de sofrimento criadas em contextos sociais adversos e opressores (Jaspard, 2004). Com isso, tem-se que os aspectos opressores da pobreza podem ter repercussões na vida das pessoas pobres, ocasionando a anomia, a desagregação familiar e comunitária, e a violência (Góis, 2008). Prilleltensky (2008) compreende que a pobreza é uma prática de opressão que enfraquece as potencialidades dos indivíduos.

Por isso, a pobreza é entendida como opção histórica e ética da Psicologia Comunitária, posto que essa forma de fazer Psicologia se constitui como uma estratégia de intervenção na realidade com objetivo de mudança social. A pobreza, então, é reconhecida como um fator com urgência de ser superado (Moura Jr., Rebouças Jr., et al., 2014). No Brasil e nos demais países da América Latina, a construção e a difusão da Psicologia Comunitária se deram principalmente após a década de 1960, com o agravamento das questões sociais e a propagação de novos valores sociais e humanos, sobretudo através das lutas travadas pelos movimentos sociais e pelo consequente resgate das ideias marxistas e neomarxistas pela Psicologia Social (Prado, 2002).

Contudo, entende-se que há a constituição de diferentes formas de fazer Psicologia Comunitária. Apresenta-se, então, neste artigo uma Psicologia Comunitária com foco marxista e amparada pela ética da libertação. De acordo com Lane (1984), foi dentro do materialismo histórico e da lógica dialética que foram encontrados os pressupostos

epistemológicos para a reconstrução de um conhecimento que atendesse à realidade social e ao cotidiano de cada indivíduo. Dessa maneira, com esses aportes teóricos, foi possível a elaboração de propostas de intervenção no contexto de pobreza e nas relações sociais dos indivíduos (Montero, 2004a).

Martín-Baró (1997) contribuiu para constituição de uma atuação e de um conhecimento voltado para o povo oprimido, sendo necessário o alinhamento epistemológico, conceitual e *práxico*. Epistemologicamente e conceitualmente, o psicólogo comunitário e a psicóloga comunitária tem que se pautar e se ater de forma crítica à realidade de opressão vivida pelas pessoas envolvidas em situação de pobreza, como também focar nas potencialidades existentes naquela realidade e com aquelas pessoas. No âmbito prático, é imprescindível construir ações conjuntas de forma cooperativa e participativa, abrangendo os desejos e a realidade histórica dos indivíduos.

Além disso, compreende-se, também, que a base de estruturação da Psicologia Comunitária está fundamentada a partir da compreensão da realidade como balizada por concepções ideológicas que oprimem e anulam o potencial de transformação dos sujeitos, repercutindo em tipos de consciência como propostos por Freire (1974). Percebe-se que Vygotsky (2004) já compreendia que a realidade estava alicerçada em concepções ideológicas que constituíam formas específicas de consciência. Assim, entende-se que o autorreconhecimento depreciativo da pessoa em situação de pobreza é causado por práticas simbólicas estigmatizantes que objetivam enfraquecer as potencialidades e a capacidade de enfrentamento do indivíduo imerso em condições de privação.

Os processos de conscientização podem facilitar esse enfrentamento, sendo entendidos como um dos principais conceitos e estratégias de atuação em Psicologia Comunitária. Freire (1979) concebe que a conscientização está relacionada à postura ativa de transformação de si mesmo e da realidade a partir de uma reflexão crítica

sobre o cotidiano e suas dinâmicas de opressão. O movimento de consciência é iniciado com a tomada de consciência, através da qual o indivíduo passa a reconhecer que faz parte de um contexto de opressão, compreendendo de forma mais crítica a realidade social (Martín-Baró, 1997).

A conscientização ocorre quando o sujeito passa a atuar ativamente no processo de mudança da realidade social de opressão, apropriando-se de um posicionamento mais interventivo. O psicólogo comunitário e a psicóloga comunitária, então, tem que se colocar como facilitadores desse processo de maneira singular. Freire (1984) afirma que ações tem que ser construídas *com* as pessoas. Não se pode elaborar ou estruturar atuações *para* as pessoas, porque, dessa maneira, constroem-se práticas tuteladas que fortalecem a dependência e a passividade, como as ações assistencialistas e tecnicistas.

Tal compreensão não pode somente ocorrer no nível propositivo, mas deve ser premissa das atitudes profissionais. A Psicologia Comunitária fornece ferramentas significativas para atuar na transformação dessa realidade. Assim, compreender como estão situadas as teorias, pesquisas e experiências mais atuais em Psicologia Comunitária a partir dos trabalhos da 5ª CIPC forneceria uma visão abrangente sobre como está sendo tratada a pobreza.

Conferências Internacionais de Psicologia Comunitária

A compreensão das trajetórias das Conferências Internacionais de Psicologia Comunitária é importante para o entendimento da forma como essa disciplina vem se organizando ao longo dos anos. As Conferências têm como foco específico as possibilidades de discussão e de reflexão, condições de fortalecimento da comunidade e da Psicologia Comunitária no contexto de crise social e de exclusão presente na realidade de vários países. A cada dois anos, as Conferências Internacionais têm sido

realizadas com temas específicos em países diferentes, perfazendo um total de cinco: San Juan em Porto Rico (2006), com o tema “Agendas compartilhadas na diversidade”; Lisboa em Portugal (2008), com o tema “Construir comunidades participativas, potenciadoras e diversas: visualizar a Psicologia Comunitária desde uma perspectiva mundial”; Puebla no México, (2010), com o tema “Aproximações comunitárias aos problemas sociais contemporâneos”; Barcelona na Espanha (2012), com o tema “Comunidade e política em um mundo em crise: repensando a ação comunitária no novo século”; e Fortaleza no Brasil (2014), com o tema “Psicologia Comunitária no mundo atual: desafios, limites e fazeres”.

São eventos não vinculados a nenhuma sociedade acadêmica. No entanto, contam com o apoio científico da *Society for Community Research and Action* (SCRA) e da *European Community Psychology Association* (ECPA). Em todas as Conferências, são definidos os eixos temáticos que estruturam áreas que possuem relação com o tema do evento. No caso específico da 5ª CIPC ocorrida no Brasil, foram definidos os seguintes eixos: Políticas Públicas, Acadêmico/Formação, Profissão, Movimentos Sociais e Ética na dimensão planetária e em defesa da Vida.

Segundo o site da 5ª CIPC (Conferência Internacional de Psicologia Comunitária [CIPC], 2014), no Eixo Políticas Públicas “buscaremos fomentar um diálogo entre a Psicologia Comunitária e as políticas públicas e sociais, considerando as dimensões local e global na atuação do psicólogo comunitário, promovendo o aprofundamento, a reflexão e a avaliação das políticas públicas e sociais diante das questões sociais que afrontam o mundo.” O eixo Acadêmico/Formação “tem a função de apresentar contribuições dos possíveis âmbitos de formação em Psicologia Comunitária e sua relação com a formação do psicólogo.” O Eixo Profissão aponta para “uma atuação comprometida com a transformação e emancipação humana, tem como objetivo problematizar a política que envolve a categoria profissional.” Já o Eixo Movimentos Sociais “busca problematizar como os Movimentos Sociais assumem o lugar de luta

pelo poder no espaço de ação histórica, contribuindo, através da participação e conscientização, com o fortalecimento da identidade do sujeito e o desenvolvimento comunitário.” Por fim, o Eixo Ética na dimensão planetária e em defesa da Vida “toma como questão central o paradigma de defesa do planeta em sua proposta ética, considerando a defesa da vida de todas as espécies, a justiça social e a construção da autonomia individual e coletiva, ligada à libertação humana.” Todos os trabalhos apresentados obrigatoriamente foram inscritos em cada um desses eixos.

Método

Esta pesquisa foi realizada a partir de uma perspectiva qualitativa por meio da análise documental. De acordo com Souza, Kantorski e Luis (2011), essa análise refere-se ao processo de verificação do documento com uma finalidade específica. É importante salientar que a apreciação pode ser feita com diversas finalidades, desde realização de pesquisas históricas até fins específicos, como analisar a relação da temática pobreza com a Psicologia Comunitária nos trabalhos apresentados na 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária (CIPC).

A 5ª CIPC foi a Conferência que teve o maior número de participantes e de trabalhos em comparação às Conferências anteriores, conforme Tabela 1.

Tabela 1

Dados da 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária

Título	Quantidade
Participantes	946
Inscritos	1553
Trabalhos aprovados	726
Simpósios convidados	5
Simpósios	29
Comunicações orais	518
Pôsteres eletrônicos	96
Mesas-redondas	61
Reuniões multilaterais (GT's da ANPPEP, GT's da SIP e Grupo de Psicologia Rural da América Latina)	3
Rodas de conversa com movimentos sociais	1
Rodas de diálogo (eixos temáticos do evento)	5
Livros lançados	30
Países participantes	35

Os descritores “pobreza” e “pobre” nos títulos e no resumo foram utilizados como primeiro filtro de análise dos resumos. Neste primeiro resultado, foram encontrados 78 resumos, conforme Tabela 2. Os cinco eixos temáticos, apresentados anteriormente, foram utilizados para análise dos resumos dos trabalhos apresentados nos Anais 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária (CIPC, 2014). Em seguida, os resumos identificados foram analisados com o auxílio do software de análise de dados qualitativos *Atlas.ti* e realizada uma análise de conteúdo (Bardin, 2006). As categorias de análise foram divididas em três grandes famílias ou macro categorias: conceito de

pobreza utilizado no trabalho, dimensões psicossociais relacionadas à pobreza e posicionamentos da Psicologia Comunitária em relação aos conceitos de pobreza.

De forma específica, a macrocategoria “conceito de pobreza” foi dividida em: monetário, multidimensional e sem definição. Outra macrocategoria chamada de “dimensões psicossociais relacionadas à pobreza” estava estruturada a partir das seguintes categorias: apoio social, conscientização, enfraquecimento de potencialidades, exclusão social, fatalismo, formação, libertação, participação comunitária, potencialidades, senso de comunidade, vergonha, humilhação e violência. Por fim, foi identificada a “relação da Psicologia Comunitária com o conceito de pobreza” através das seguintes categorias: fomento da práxis da PC contra os processos de opressão, caracterização de contexto e objetivo ético da atuação em Psicologia Comunitária.

Resultados e Discussão

Presença do tema pobreza nos eixos temáticos.

Os dados apresentados na Tabela 2, a partir dos Anais da 5ª CIPC (2014), demonstram a distribuição dos trabalhos por eixos temáticos, tipos de trabalho, idiomas e lugares de desenvolvimento do trabalho. A análise dos dados permite identificar que há uma maior concentração de trabalhos no eixo das Políticas públicas, contabilizando 30, e no eixo Acadêmico/formação com um total de 25, acompanhado pelo eixo Ética na dimensão planetária com 11, eixo Profissão com 7 e eixo Movimentos sociais com 5.

Tabela 2

Trabalhos Relacionados à Temática Pobreza por Eixo Temático

Eixos temáticos	Políticas Públicas	Acadêmico / Formação	Profissão	Movimentos sociais	Ética na dimensão planetária e em defesa da vida
Tipos de Trabalho					
Trabalhos teóricos	7	10	4	1	3
Trabalhos com resultados de pesquisa	11	8	2	4	8
Trabalhos com relatos de experiência	12	7	1	0	0
Idioma					
Trabalhos em Português	18	14	7	1	7
Trabalhos em Espanhol	11	5	0	0	2
Trabalhos em Inglês	1	6	0	4	2
Instituição de origem do trabalho					
Trabalhos relacionados com universidades públicas	16	15	5	4	10
Trabalhos relacionados com universidades privadas	14	11	2	1	1
Trabalhos relacionados como terceiro setor	6	6	1	0	0
Trabalhos relacionados com políticas públicas	6	1	0	0	0

No eixo das políticas públicas, encontramos maior incidência de trabalhos nos idiomas português e espanhol, o que pode estar relacionado com o contexto social dos países da América Latina, em que estão presentes altos indicadores vinculados à situação de pobreza da população. Também, é importante salientar que este resultado pode estar vinculado ao fato da Conferência Internacional ter ocorrido pela primeira vez na

América do Sul e, especificamente, no Brasil. Esse fato contribui para o desenvolvimento de trabalhos em Psicologia Comunitária que tenham o problema da pobreza como foco, como é comprovado com uma quantidade de 12 trabalhos a partir de relatos de experiência e 11 de relatos de pesquisa. Os trabalhos estão distribuídos em maior número nas universidades públicas e privadas. A presença de psicólogos e de psicólogas trabalhando em políticas públicas favorece a concentração de trabalhos nesse eixo, principalmente, porque no Brasil as políticas públicas de Assistência Social funcionam como um dos maiores empregadores de psicólogos e de psicólogas. Além disso, é uma área de atuação desenvolvida prioritariamente para trabalhar com o público em situação de pobreza (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015).

No eixo acadêmico/formação, encontramos mais trabalhos nos idiomas português e inglês. A temática acadêmico/formação impulsiona o desenvolvimento de trabalhos de cunho teórico e de pesquisa tendo em vista que se propõe a discussão de teorias e metodologias relacionadas à formação do futuro profissional. Diante disso, encontramos 10 trabalhos teóricos e 8 resultados de pesquisa, distribuídos mais nas universidades públicas e privadas.

No eixo profissão, encontramos mais trabalhos de cunho teórico (4), sendo resultados de pesquisa (2) e somente 1 proveniente de relato de experiência. Esse dado surpreende em virtude da baixa recorrência de trabalhos oriundos do relato de experiências, porém a falta de discussão sobre o fazer da profissão pode ter contribuído para a procura de inscrições de trabalhos em outros eixos mais direcionados. É importante salientar que todos os trabalhos foram no idioma português, mostrando talvez que essa necessidade esteja mais presente no Brasil.

No eixo movimentos sociais, os trabalhos se distribuíram em relatos de pesquisa (4), teóricos (1) e no idioma inglês (4). A pouca quantidade de trabalhos nesse eixo, com somente 5 trabalhos, pode demonstrar a necessidade de desenvolver uma

aproximação maior entre a Psicologia Comunitária e os movimentos sociais no tocante à temática da pobreza. Por fim, no eixo Ética na dimensão planetária e em defesa da vida, os trabalhos se distribuíram em relatos de pesquisa (8) e teóricos (3). A concentração esteve em trabalhos em português (7). É importante salientar que este eixo representava a diversidade de temáticas vinculadas aos aspectos voltados para situações de injustiça social. Guzzo e Lacerda (2007) concebem que a pobreza pode ser entendida como uma dessas situações de dominação.

A partir dessas considerações mais gerais, é importante também apontar a forma como foi apresentada a pobreza nos resumos da 5ª CIPC. Assim, analisam-se os conceitos de pobreza utilizados, as dimensões psicossociais mais presentes e a relação da Psicologia Comunitária com este tema.

Conceitos de pobreza utilizada nos trabalhos.

Como já mencionado, a pobreza pode ser concebida desde a perspectiva monetária até as mais avançadas abordagens multidimensionais. No entanto, deve-se salientar que a forma de concepção e de mensuração da pobreza impacta sobre a abrangência, o perfil e a efetivação de políticas e intervenções comunitárias junto ao público em situação de pobreza (Feres, & Villatoro, 2013).

Assim, é preocupante observar que mais 70% das produções que trabalham de alguma maneira a pobreza nos resumos da 5ª CIPC não tenham nenhuma definição sobre este conceito e nem fundamentações teóricas ou formas de mensuração para explicitá-la. Foi, ainda, realizada uma análise para identificar o lugar atribuído à pobreza nos resumos apresentados. Verificou-se que a maioria dos trabalhos não tem nenhuma definição da pobreza e posicionam este fenômeno de forma não central nos trabalhos.

Portanto, isso indica que a pobreza que é trabalhada nas produções em Psicologia Comunitária da 5ª CIPC carece de um aprofundamento teórico específico da temática

da pobreza a fim de que possa facilitar processos de enfrentamento e superação a essa situação de opressão. Esses resumos tiveram como temáticas de forma geral: críticas ao neoliberalismo, conceituações teóricas ao lugar da ética na Psicologia Comunitária, experiências de intervenções comunitárias rurais e urbanas desenvolvidas por políticas públicas e universidades, experiências de atuação junto aos movimentos sociais, investigações com famílias urbanas e indígenas em situação de pobreza, estudos teóricos e pesquisas sobre violência, situação de rua e situação de abrigo. A partir dessa análise, identificou-se que há importantes temas e públicos sendo trabalhados nessas produções da 5ª CIPC.

Aponta-se também que há produções que enfatizam de forma explícita o posicionamento teórico e metodológico das concepções de pobreza apresentadas. Foram identificados oito resumos com o enfoque monetário, apresentando que a perspectiva da pobreza está baseada em uma limitação da renda. As temáticas apresentadas nessas produções são referentes às pesquisas sobre violência contra jovens e sobre casos de intolerância religiosa contra a população negra, às experiências de resiliência em adultos de comunidades urbanas e rurais e de atuações nas políticas públicas com famílias.

Com o enfoque multidimensional, foram identificados 12 resumos, que ampliam essa compreensão de limitação monetária da pobreza para fundamentações embasadas na privação de oportunidades e liberdade. Nesses resumos, a maioria faz parte de uma pesquisa com adultos de comunidades urbanas e rurais enfocando diversas dimensões psicossociais. No entanto, também há igualmente um estudo com mulheres em situação de abandono e uma experiência de avaliação de uma intervenção de micro empreendedorismo com Psicologia Comunitária. Dessa maneira, salienta-se que essas discussões sobre o lugar da pobreza de forma teórica e metodológica dialogam com outras áreas do conhecimento para compreensão deste problema.

A perspectiva multidimensional aproxima-se das concepções da Psicologia Comunitária, pois enfatiza, segundo Sen (2000), que a pobreza está ligada aos fatores vinculados ao contexto histórico e social, incidindo nas possibilidades de existência do indivíduo. De acordo com Rego e Pinzani (2013), a pobreza nessa perspectiva é constituinte da própria identidade do indivíduo. Portanto, há impactos nas atitudes e nas formas de existência das pessoas em situação de pobreza, porque há barreiras concretas e simbólicas constituindo os processos de desenvolvimento de sua identidade. É imprescindível para uma atuação em Psicologia Comunitária o conhecimento desses impactos, pois, dessa maneira, pode-se desenvolver uma práxis condizente com a realidade social. A análise das dimensões psicossociais relacionadas à pobreza presentes nas produções em Psicologia Comunitária da 5ª CIPC poderá contribuir no processo de compreensão da pobreza como uma perspectiva complexa e multidimensional.

Dimensões psicossociais relacionadas à pobreza.

Identifica-se que as dimensões psicossociais relacionadas à pobreza mais utilizadas nos resumos da 5ª CIPC são vinculadas aos aspectos positivos com foco no apoio social e nas potencialidades. Há experiências de micro empreendedorismo e de educação financeira de apoio frente às situações de sofrimento psíquico causadas pela pobreza. Evidencia-se que a Psicologia Comunitária tem seu alicerce baseado no desenvolvimento de intervenções focadas no fortalecimento das potencialidades das comunidades e dos sujeitos comunitários. De acordo com Ansara e Dantas (2010), junto com o foco nas potencialidades, é também necessário romper com práticas de dominação presentes na sociedade, tendo o estabelecimento de relações democráticas e colaborativas como espaço primordial nesse processo de libertação. É importante salientar que as práticas de libertação também foram apresentadas nos resumos presentes na 5ª CIPC, sendo relacionadas com experiências de intervenção

em comunidades pobres. Montero (2004a) concebe a libertação como o processo de emancipação dos indivíduos que estão imersos em situações de dominação, como a própria situação de pobreza. O enfoque da Libertação foi desenvolvido por conta do processo de reação ativo e crítico acerca da situação de pobreza, de violência e de opressão localizados de maneira generalizada na América Latina (Martín-Baró, 1998). Em alguns resumos, há o enfoque da relação da Psicologia Comunitária contra as práticas machistas e contra a discriminação impetrada aos trabalhadores de baixa renda como: faxineiros, faxineiras, babás, copeiros e copeiras e aos jovens em situação de pobreza.

Identifica-se que esse processo de exclusão social e de discriminação pode desenvolver atitudes fatalistas. Assim, identifica-se que os resumos indicavam a necessidade de superação do fatalismo como via para o alcance da libertação, como também era apontado que o fatalismo seria o resultado desse processo de opressão causado pela pobreza. O fatalismo se constitui como ideias, pensamentos e sentimentos ancorados na representação da realidade como imutável e baseada em explicações pautadas em assunções divinas, em questões de sorte e em prerrogativas de culpabilização do indivíduo pela sua situação. Dessa maneira, não se questiona as relações de dominação que funcionam como mantenedoras do *status quo* (Martín-Baró, 1997). Este mesmo autor indica que uma das formas de desvelamento dessas relações de dominação e de destruição do fatalismo é a conscientização.

Este último conceito também está presente nos resumos, estando relacionado ao processo de apropriação ativa da realidade de forma crítica (Freire, 1979). Entende-se que esse processo é fomentado pela participação comunitária e pela revitalização da memória histórica presente no senso de comunidade. É importante salientar que essas duas dimensões também são identificadas em alguns resumos da 5ª CIPC. A participação comunitária foi apresentada nos resumos como uma proposta de enfrentamento da violência. Além disso, essa participação também foi entendida como

fomento à processos de inclusão produtiva, desenvolvendo localmente as comunidades mencionadas nesses trabalhos.

São identificadas algumas temáticas vinculadas à realidade de opressão causada pela pobreza. Aponta-se como campo de atuação da Psicologia Comunitária a superação dos sentimentos de vergonha e de humilhação causados pela pobreza. De acordo com Rego e Pinzani (2013), a realidade de pobreza pode fomentar, por conta de suas práticas simbólicas depreciativas, a culpabilização do indivíduo pela sua situação, anulando a responsabilidade estatal nos processos de dominação vigente. Assim, identifica-se que há um ciclo opressor contra as pessoas mais pobres.

Esse processo de exclusão social causado pela pobreza pode desenvolver atitudes fatalistas, sentimentos de vergonha, atos de humilhação, desvinculação comunitária e enfraquecimento das potencialidades. É importante salientar que a Psicologia Comunitária está produzindo conhecimento sobre esses fenômenos. Obviamente, ainda de forma tímida, mas já indicando igualmente saídas para essas realidades de opressão. Portanto, a Psicologia Comunitária coloca-se de forma estruturada metodológica e teoricamente com ferramentas para transformação desse contexto simbólico e concreto da pobreza. A partir dessas considerações, também se buscou identificar como a Psicologia Comunitária posiciona-se em relação aos conceitos de pobreza.

Relações da Psicologia Comunitária com os conceitos de pobreza.

Primeiramente, esperava-se que a temática da pobreza estivesse mais presente nas produções da Psicologia Comunitária, pois esta disciplina pode ser entendida como uma subárea da Psicologia Social (Montero, 2004b). Além disso, entende-se que a Psicologia Comunitária, principalmente na América Latina, surgiu a partir da crise da Psicologia Social. De acordo com Guzzo e Lacerda Jr. (2012), foram realizados movimentos de construção de conhecimentos mais críticos na Psicologia Social,

voltados para a realidade de desigualdade social, de pobreza, de violência e de dominação existentes em territórios latino americanos. Por conta disso, a Psicologia Comunitária situa-se como uma disciplina voltada para a transformação da realidade de opressão, tendo a pobreza como um dos problemas a ser superado.

Portanto, a pobreza coloca-se historicamente como uma temática central na Psicologia Comunitária. No entanto, a partir das análises dos resultados, os trabalhos com algum tipo de enfoque relacionado à pobreza representam menos de 10% das produções científicas divulgadas na 5ª CIPC. Deve-se compreender esse número também a partir do lugar da pobreza na estrutura dessas produções. Em uma análise mais detalhada, identifica-se que a maioria dos trabalhos posicionava a pobreza de forma não central e utilizava somente o critério quantitativo. Estima-se que há duas vezes mais resumos que localizam a pobreza em uma posição marginal do que aqueles trabalhos que tem a pobreza como tema basal da produção.

Essa é uma tendência presente na Psicologia Brasileira de uma forma geral. Em uma pesquisa realizada no Brasil por Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010) sobre as produções científicas da Psicologia desde a primeira produção até 2008, foi verificado que a Psicologia praticamente não tem uma produção científica representativa referente a essa temática. Somente foram encontrados 209 artigos científicos relacionados com a pobreza. É importante salientar que esta pesquisa restringiu-se aos artigos que fossem encontrados por meio de buscas virtuais na internet.

Assim, compreende-se que a maioria dos trabalhos apresentados na 5ª CIPC utiliza a pobreza como uma temática correlata ou adjacente à discussão central. Isso significa que há temas que são mais aprofundados na discussão, sendo utilizada a pobreza como uma das várias questões a serem discutidas nas produções. Sobre os eixos específicos, identifica-se que a maioria das produções que colocam a pobreza como temática central está no eixo Políticas Públicas com 8 trabalhos e eixo Acadêmico seguido de 7 resumos. Assim, observa-se que os contextos acadêmicos e as políticas

públicas são espaços de atuação mais comuns junto às populações em situação de pobreza e possibilitam a produção de conhecimento dessa temática.

O eixo Ética da dimensão planetária em defesa da vida também contabilizou 5 resumos, evidenciando que a pobreza é uma temática a ser enfrentada, pois se coloca como uma realidade de privação que deve ser combatida de forma ética (Moura Jr., Ximenes, & Sarriera, 2014). Os eixos Movimentos sociais e Profissão praticamente não tem trabalhos com a pobreza como temática central. É importante salientar que, apesar dessas considerações, os números encontrados são muito baixos relacionados à quantidade de trabalhos submetidos e aprovados na Conferência, aproximando-se de um total de cerca de 800 produções.

Identifica-se também que a maioria dos resumos que relaciona a pobreza com a Psicologia Comunitária tem uma perspectiva restrita de caracterização de um determinado contexto de atuação. A maioria dos resumos presentes neste tópico de análise também está contida nas análises dos resumos sem uma definição específica de pobreza. Dentro dos eixos temáticos da 5ª CIPC, o eixo Políticas Públicas é um dos que mais possuem produções relacionadas à utilização da pobreza como caracterização de um contexto. Seguindo essa tendência, o eixo Acadêmico/Formação também se constitui como tendo a maioria das produções com esse perfil.

Observa-se a utilização da pobreza de forma mais pragmática, porque não há a inclinação para o entendimento desse fenômeno em sua constituição. É interessante observar que esse resultado segue a tendência das produções científicas brasileiras como já apontado por Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010). Esses autores enfatizam que a utilização da pobreza como caracterização de um determinado contexto de atuação representa um dos grandes focos das produções científicas brasileiras.

No entanto, é importante mencionar que os eixos de políticas públicas e Acadêmico/Formação também possuem uma quantidade significativa de produções posicionando a Psicologia Comunitária como uma prática de desconstrução da

realidade de dominação da pobreza. Então, entende-se que a Psicologia Comunitária constrói conhecimento em prol da transformação dessa realidade de dominação nos resumos da 5ª CIPC, o que indica que a Psicologia Comunitária deve agir em atuações contra a situação concreta de pobreza, contra as práticas de discriminação relacionadas a essa situação, contra a reprodução de atitudes fatalistas e contra o processo de violação de direitos humanos que estão direcionados às pessoas em situação de pobreza.

O caráter ético de transformação dessa realidade está inserido de forma total no eixo Acadêmico/Formação, sem nenhuma produção no eixo políticas públicas. Os resumos estão relacionados às intervenções comunitárias desenvolvidas pelas Universidades em comunidades urbanas e rurais. Então, pode-se explicar que as políticas públicas tem um caráter mais pragmático de atuação voltada para a transformação da realidade de pobreza, principalmente, porque a Psicologia Comunitária coloca-se como uma das principais ferramentas de atuação dentro das políticas públicas (Ximenes, Colares, & Barros, 2009). No entanto, a reflexão sobre essa forma de atuação pautada em uma perspectiva ética do modo de fazer Psicologia Comunitária está restrita ao eixo Acadêmico/Formação. Guzzo (2010) enfatiza que o caráter ético está presente como central na práxis da Psicologia Comunitária com um processo de libertação dos contextos de dominação.

Considerações Finais

Dessa maneira, entende-se que a Psicologia Comunitária está constituída de diversas matizes, formas de atuação e públicos atendidos. De acordo com as análises presentes nos resumos, os eixos políticas públicas e acadêmico/formação são os campos profícuos na produção de conhecimento e na atuação junto às pessoas em situação de pobreza. No entanto, é importante salientar que ainda são atuações

realizadas de maneira não fundamentada teoricamente sobre a temática da pobreza e posicionando-a de forma não central.

A necessidade de um processo de construção de conhecimento conjunto com base em uma perspectiva crítica, colaborativa e propositiva é fundamental para a construção da Psicologia Comunitária que dê respostas às problemáticas sociais que afligem a maioria das pessoas que vivem em situação de pobreza. Deve-se salientar que os eixos profissão, movimentos sociais e ética na dimensão planetária e em defesa da vida foram os que tiveram menos considerações a tratar sobre a pobreza, devendo ser fortalecidas essas discussões mais multidimensionais nesses âmbitos de produção da Psicologia Comunitária.

Referências

- Ansara, S., & Dantas, B. S. A. (2010). Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 95-103.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. Lisboa: 70.
- Conferência Internacional de Psicologia Comunitária. (2014). *Anais da V Conferência Internacional de Psicologia Comunitária*. Fortaleza: UFC/UNIFOR.
- Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F., & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: Produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 104-111.
- Feres, J. C., & Villatoro, P. (2013). A viabilidade de se erradicar a pobreza: Uma análise conceitual e metodológica. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, 15, 10-87.
- Freire, P. (1974). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1984). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Góis, C. W. L. (2008). *Saúde Comunitária: pensar e fazer*. São Paulo: HUCITEC.
- Guzzo, R. S. L. (2010). Da Opressão à Libertação: uma perspectiva urgente para a Psicologia – a conclusão de um projeto, a abertura de perspectivas. Em F. Lacerda Jr. & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Psicologia & Sociedade: interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 8-20). Campinas: Alínea.
- Guzzo, R. S. L., & Lacerda Jr., F. (2007). Fortalecimento em tempo de sofrimento: Reflexões sobre o trabalho do psicólogo e a realidade brasileira. *Interamerican Journal of Psychology*, 41(2), 231-240.

- Guzzo, R. S. L., & Lacerda Jr., F. (2012). Conciencia, vida cotidiana y alienación: Una interpretación a partir de la psicología social y del marxismo. *Teoría y crítica de la psicología*, 2(1), 126-147.
- Jaspard, J. M. (2004). Significação religiosa do sofrimento e posição psicológica na fé. *Revistas de Psicologia USP*, 15(3), 191-212.
- Lacerda, F. C. C. (2009). *A pobreza na Bahia sobre o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais.
- Laderchi, C., Saith, R., & Stewart, F. (2003). Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. *QEH Working Paper Series*, 107. Recuperado de <http://www3.qeh.ox.ac.uk/pdf/qehwp/qehwps107.pdf>
- Lane, S. T. M. (1984). Linguagem, pensamento e representações sociais. Em T. M. S. Lane, & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: O Homem Em Movimento* (pp. 20-39). São Paulo: Brasiliense.
- Martín-Baró, I. (1989). *Sistema, grupo y poder: Psicología Social desde Centroamérica*. El Salvador: UCA.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta
- Mendonça, G. C. (2006). *Os sentidos subjetivos moradores de rua frente ao futuro* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2015). *Censo da Assistência Social 2014*. Brasília: M.D.S.
- Montero, M. (2004a). *Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.

- Montero, M. (2004b). Relaciones Entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: Una Respuesta Latinoamericana. *Psykhe*, 13(2), 17-28.
- Moura Jr., J. F., Cidade, E. C., Ximenes, V. M., & Sarriera, J. C. (2014). Concepções de Pobreza: Um Convite à Discussão Psicossocial. *Temas em Psicologia*, 22(2), 341-352.
- Moura Jr., J. F., Rebouças Jr., F. G., Alencar, A. B., Oliveira, A. K. S. P., Pinho, A. M. M., Ximenes, V. M., & Gadelha, A. K. S. (2014). Intervención comunitaria con mujeres a partir de la actuación en Red en Psicología Comunitaria: Una experiencia en una comunidad en Brasil. *Psicoperspectivas*, 13(2), 133-143. Recuperado de <http://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/viewFile/419/342>
- Moura Jr., J. F., Ximenes, V. M., & Sarriera, J. C. (2014). A construção opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. *Quaderns de Psicologia*, 16(2), 85-93. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1174>
- Piva, I. (2006). Sob o estigma da pobreza: A ação da Santa Casa da Misericórdia. Em M. Siqueira (Ed.), *Sociedade e Pobreza* (pp. 57-84). Vitória: GM.
- Prado, M. A. M. (2002). A Psicologia Comunitária nas Américas: O Individualismo, o Comunitarismo e a Exclusão do Político. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 201-210.
- Prilleltensky, I. (2008). The role of power in wellness, oppression, and liberation the promise of psychopolitical validity. *Journal of Community Psychology*, 36(2), 116-126.

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2010). *A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*. Recuperado de http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf
- Rego, W., & Pinzani, A. (2013). *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: UNESP.
- Salama, P., & Destremau, B. (2002). *Medidas de Pobreza Desmedida: Economía política de la distribución del ingreso*. Santiago: LOM.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Souza, J., Kantorski, L. P., & Luis, M. A. V. (2011). Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, 25(2), 221-228.
- Vygotsky, L. S. (2004). O significado histórico da crise da psicologia. Em L. Vygotsky (Ed.), *Teoria e Método em Psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ximenes, V. M., Colares, L. R. P., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: Diálogos Sobre Atuações em Comunidades. *Psicologia: Ciência & Profissão*, 29(4), 686-699.

Formato de citación

- Morais, V., Moura, J., & Lima, S. (2015). Pobreza e suas relações com a Psicologia Comunitária na 5a Conferência Internacional de Psicologia Comunitária. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 5(2), 156-181. Disponible en: <http://revista.psico.edu.uy/>
-